

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

O objeto da presente licitação é a aquisição de equipamentos eletrônicos e mobiliário justifica-se devido a rubrica destinada a aquisição de itens para requalificar a Biblioteca Pública Municipal Professora Laura Casulari da Motta referente ao Projeto nº protocolo 2021.2106.0095, “Biblioteca Municipal em Movimento - Valorizando o passado para garantir o futuro dos são-geraldense (aprovado em 18/02/2022).

2. JUSTIFICATIVAS

2.1. Sobre o Objeto:

O projeto "Biblioteca Municipal em Movimento -Valorizando o passado para garantir o futuro dos são-geraldense" tem por finalidade Requalificar a Biblioteca Municipal Professora Laura Casulari da Motta por meio das seguintes ações: -Ações de Modernização: Aquisição de computadores para acesso a pesquisa em ambiente virtual por usuários da Biblioteca Pública, aquisição de Televisor de 60 polegadas para exibição do conteúdo audiovisual da Biblioteca, aquisição de equipamentos para gravação e exibição de vídeos relacionados as artes literárias e a cultura local, sistematização do acervo da Biblioteca e disponibilização em ambiente virtual.

Compreende-se a importância de se modernizar os equipamentos para responder as expectativas de uma sociedade extremamente conectada, onde a tecnologia faz parte da rotina diária. Desse modo, a primeira ação modernizante será a mais solicitada pelos usuários. Desse modo, com o projeto será realizada a aquisição de computadores exclusivos para usuários da biblioteca para realização de pesquisa e digitação de trabalhos, tendo em vista que muitos ainda não possuem acesso a internet e ao computador. Pensando ainda na modernização vale mencionar que o acervo da biblioteca possui importantes conteúdos audiovisuais, como possui-se também rede de internet, desse modo prevê aquisição de um televisor de 60 polegadas, com essa aquisição o espaço ficará mais dinâmico, o televisor será utilizado para ações pedagógicas, cursos entre outras possibilidades. Ainda será adquirido equipamentos para gravação, edição e divulgação de produtos audiovisuais (câmera, microfone, fundo infinito, kit iluminação, tripé, Datashow e notebook), esses equipamentos permitirão dar nova vida e ganhar espaço de forma mais qualificada nas redes sociais e com isso atrair mais público para a Biblioteca, os equipamentos também permitirão o registro adequado das ações. Tais equipamentos são também essenciais para execução desse projeto e promoverá a sustentabilidade nas ações.

Dessa forma, a aquisição desses itens (computador pc completo, Câmera, Notebook, TV led 60", Microfone, Kit Iluminação, Cadeira, Projetor, Kit caixa de som e Tripé) são necessários para atender Projeto nº protocolo 2021.2106.0095 “Biblioteca Municipal em Movimento - Valorizando o passado para garantir o futuro dos são-geraldense (aprovado em 18/02/2022).

Os quantitativos e especificações foram elaborados pela Diretoria de Esporte, Cultura, Turismo e Lazer de acordo com a necessidade verificada pela Biblioteca. Cumpre esclarecer que, ainda na fase interna do certame, compete à Administração proceder estudo detalhado sobre as características do objeto, modo de comercialização e preços praticados no mercado, a fim de delimitar os procedimentos que serão desenvolvidos na licitação.

2.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se na classificação de serviços comuns, nos termos da Lei nº 10.520/2002, do Decreto nº 3.555/2000, Lei Complementar nº 123/2006 e Lei Federal nº 8.666/1993.

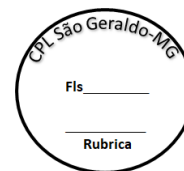
2.3. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006. Contendo ainda apoio integral da Sala Mineira do Empreendedor de São Geraldo – MG.

2.4. Da fundamentação legal

2.4.1. Normas e procedimentos contidos na Lei nº 10.520/2002, que regulamentam a modalidade Pregão, subsidiariamente, as normas da Lei nº 8.666/1993 e suas posteriores alterações, Lei 123/2006, Lei Complementar 147/2014, Decreto 7.89/2013 e demais normas contidas no Edital.

2.5. O critério de julgamento será o **menor preço por item**, sendo adotada a participação exclusiva das empresas qualificadas como microempresas e empresas de pequeno porte.

2.6. Dos Recursos Orçamentários



As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município de São Geraldo deste exercício.

3. ESPECIFICAÇÃO DOS ITENS/DESCRIÇÃO DO OBJETO

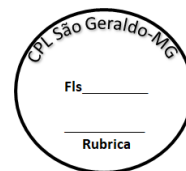
3.1. O Licitante deverá apresentar a descrição detalhada do objeto ofertado em sua proposta de preço sob pena de desclassificação, e obedecer em suas especificações as normas estabelecidas em Lei, observando as descrições abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT.	VR. UNIT.	VR. TOTAL
1	COMPUTADOR PC COMPLETO: PLACA MAE 1151 (2XDDR4-MAX 32GB/1XPCIE X16/1XPCIE X1/1XM.2 NVME/4XSATA3/1XHDMI/1XDVI/1VGA/2XUSB3.0/4XUSB2.0/2XPS2/1XSERIAL INTERNO/REDE 1000M/AUDIO) OEM // INTEL 1151 CORE I3-8300 3.70GHZ // 8GB DDR4 // HD SSD 256 // GAB FONTE 400 MONITOR LED 19 PRETO WIDESCREEN BOX IF (VESA 4 FUROS, 75MM) (HDMI/VGA) , TECLADO USB, CAIXA DE SOM , MOUSE USB E ESTABILIZADOR DE ENERGIA.	UN	4	3.826,66	15.306,64
2	NOTEBOOK: - SISTEMA OPERACIONAL - WINDOWS 11 LICENCIADO PROCESSADOR - PROCESSADOR: AMD RYZEN 7 - 5700U OCTA CORE (16 THREADS) - FREQUÊNCIA: 1.8GHZ ATÉ 4.3GHZ - CACHE DO PROCESSADOR: 8MB MEMÓRIA RAM - TAMANHO: 8GB (4GB SOLDADA + 4GB MÓDULO) - TIPO MEMÓRIA: DDR4 - FREQUÊNCIA: 3200MHZ - EXPANSÍVEL ATÉ 20GB ARMAZENAMENTO - SSD 512GB PCIE 3.0 X4 NVME (M.2 2280) UPGRADE - DE ATÉ 512GB PCIE 3.0 NVME X2/X4 PARA O SSD - DE ATÉ 2TB SATA 3 PARA O HD PLACA DE VÍDEO - MODELO: RADEON GRAPHICS - TIPO: AMD INTEGRADA - MEMÓRIA COMPARTILHADA COM A MEMÓRIA RAM TELA - TAMANHO DA TELA: 15.6" LED COM DESIGN ULTRAFINO - PAINEL: IPS	UN	1	6.266,66	6.266,66



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

Rua 21 de Abril, nº 19, Centro, São Geraldo-MG, CEP 36.530-000
Telefone: (32) 3556-1215 – e-mail: licitacao@saogeraldo.mg.gov.br



- RESOLUÇÃO: 1920 X 1080 FULL HD
- PROPORÇÃO: 16:9
- TAXA DE ATUALIZAÇÃO: 60HZ
- TEMPO DE RESPOSTA: 25-27MS
- BRILHO: 250NITS
- TAXA DE CONTRASTE: 800:1
- ESPAÇO DE COR (COLOR GAMUT): 45% NTSC
- TECNOLOGIA ANTI REFLEXO ACER COMFY VIEW

REDE

- WIRELESS (WI-FI): COMPATÍVEL COM IEEE 802.11A/B/G/N/AC R2 + AX WIRELESS LAN
- SUPORTE A REDES COM FREQUÊNCIA DE 2.4GHZ E 5GHZ
- SUPORTE AO WI-FI 6
- TECNOLOGIA MU-MIMO 2X2
- BLUETOOTH 5.1 LAN/REDE COM FIO: GIGABIT ETHERNET, WAKE ON LAN READY

TECLADO

- TECLADO: TECLADO NUMÉRICO INDEPENDENTE, TIPO MEMBRANA, EM PORTUGUÊS DO BRASIL, PADRÃO ABNT 2, ATALHO COM FUNÇÃO MULTIMÍDIA (PLAY/PAUSE, PARAR, VOLTAR, AVANÇAR, AUMENTAR VOLUME E DIMINUIR VOLUME)
- TOUCHPAD: MULTI-GESTUAL COM DOIS BOTÕES. CERTIFICAÇÃO MICROSOFT PRECISION TOUCHPAD WINDOWS HELLO CERTIFICATION

WEBCAM

- RESOLUÇÃO 1280 X 720 HD
- GRAVAÇÃO DE ÁUDIO EM 720P

BLUETOOTH

- BLUETOOTH 5.1

ÁUDIO

- DOIS ALTO-FALANTES ESTÉREO
- TECNOLOGIA ACER TRUEHARMONY GEN 2
- MICROFONE DUPLO
- TECNOLOGIA ACER PURIFIED VOICE
- COMPATÍVEL COM CORTANA COM VOZ

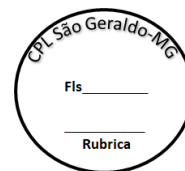
CONECTORES

- 1X ENTRADA PARA FONTE DE ALIMENTAÇÃO
- 1X RJ-45
- 1X HDMI 2.0
- 2X USB 3.2 GEN 1



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

Rua 21 de Abril, nº 19, Centro, São Geraldo-MG, CEP 36.530-000
Telefone: (32) 3556-1215 – e-mail: licitacao@saogeraldo.mg.gov.br

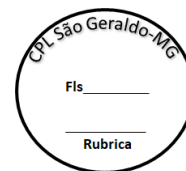


	<ul style="list-style-type: none">- 1X USB TIPO-C 3.2- 1X TRAVA KENSINGTON- 1X USB 2.0- 1X ENTRADA PADRÃO COMBO PARA ALTO FALANTE E MICROFONE <p>BATERIA E ALIMENTAÇÃO</p> <ul style="list-style-type: none">- FONTE DE ALIMENTAÇÃO: ADAPTADOR AC BIVOLT DE 3 PINOS (45W) COM CABO CERTIFICAÇÃO INMETRO- BATERIA: BATERIA DE 3 CÉLULAS (LI-ÍON) 48WH- AUTONOMIA DA BATERIA DE ATÉ 10 HORAS (DEPENDENDO DAS CONDIÇÕES DE USO)				
3	<p>CAMERA DIGITAL: CÂMERA DIGITAL SEMI PROFISSIONAL 24.1MP 3.0" LENTE EF-S 18-55MM IS II RESOLUÇÃO FOTO: 24.1MP / VÍDEO: FULL HD (1080P) EM 24P, 25P E 30P TELA: LCD 3.0" CONECTIVIDADE: WIRELESS WI-FI - NFC BATERIA: LP-E10 860 MAH/7.4V SENSOR: CMOS CARACTERÍSTICAS: POSSUI EQUILÍBRIO DE BRANCOS, COM BALANCE AUTOMÁTICO DE BRANCOS COM PRIORIDADE DE BRANCOS, EFEITOS CRIATIVOS QUE INCLUEM OLHO DE PEIXE E EFEITO MINIATURA - MODO AUTO DISCERNIDOR DE CENAS NÚMERO DE PONTOS DE FOCO : 9 PONTOS AF LENTES COMPATÍVEIS LENTES EF, INCLUINDO LENTES EF-S - (E FLASHES SPEEDLITE CANON) INTERFACE HDMI OUT - USB - TERMINAL PARA INTERRUPTOR REMOTO OBTURADOR ELETRÔNICO E MANUAL PROCESSADOR DE IMAGEM DIGIC 4+AUTOFOCOSISTEMA DE DETECÇÃO DE DIFERENÇA DA FASE NA FORMAÇÃO DA IMAGEM SECUNDÁRIA COM SENSOR DEDICADO TTL - SELEÇÃO DO PONTO F AUTOMÁTICA OU MANUAL ARMAZENAMENTO COMPATÍVEL COM CARTÃO DE MEMÓRIA SD, SDHC E SDXC VELOCIDADE DO OBTURADOR 1/4000 A 30 SEGUNDOS, (O ALCANCE DISPONÍVEL VARIA DE ACORDO COM O MODO DE DISPARO) - TEMPO DE ATRASO: APROXIMADAMENTE 2 A 10 SEGUNDOS</p>	UN	2	9.996,67	19.993,34



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

Rua 21 de Abril, nº 19, Centro, São Geraldo-MG, CEP 36.530-000
Telefone: (32) 3556-1215 – e-mail: licitacao@saogeraldo.mg.gov.br

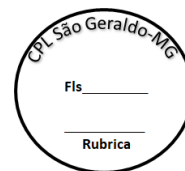


	ABERTURA MÁXIMA DA LENTE: F/5.6FORMATOS DE VÍDEO COMPATÍVEL COM MP4, MPEG-4 AVC/H.264.				
4	TV LED 60": SMART TV LED 60' 4K UHD, WIFI, HDMI, USB INTERFACE DO HARDWARE BLUETOOTH, USB, ETHERNET, HDMI RESOLUÇÃO 4K TECNOLOGIA DA TELA LED TAMANHO DA TELA 60 TELA OU MOSTRADOR IPS, VA, TN, A+ PROPORÇÃO DA TELA 16:10 RESOLUÇÃO 3,840 X 2,160 PIXELS VOLTAGEM 110 VOLTS CONEXÕES WI-FI BLUETOOTH	UN	1	4.965,00	4.965,00
5	MICROFONE: MICROFONE SEM FIO TRANSMISSORES TIPO BASTAO COM DISPLAY LCD CÁPSULA DINAMICA UNIDIRECIONAL CARDIOIDE RECEPTOR COM DISPLAY LCD LED INDICADOR DE NIVEL DE AF E RF NO RECEPTOR SAIDA BALANCEADA XLR 1/4 (MIX OUT) ALIMENTAÇÃO TRANSMISSOR PILHAS 1.5V AA ALIMENTAÇÃO RECEPTOR DC 12V	UN	2	1.016,66	2.033,32
6	KIT ILUMINAÇÃO: CONTEM NO KIT: ACOMPANHA 9 LÂMPADAS LED DE 30W CADA UMA!!!! CADA SOFTBOX LATERAL FICARÁ COM 120W DE POTÊNICA EM LED! ESSE KIT PARA ESTÚDIO CONTÉM DOIS SOFTBOX MEDINDO 50 X 70 CM COM SOQUETE QUÁDRUPLO E UM SOFBOX MEDINDO 40 X 40 CM COM SOQUETE SIMPLES (PARA MONTAR NA GIRAFÁ), POSSUI INTERIOR PRATA REFLEXIVO E VEM COM CAPA DIFUSORA TRANSLÚCIDA FRONTAL, PARA SUAVIZAR O FLUXO DE LUZ E REMOVER A SOMBRA PARA FAZER O DISPARO PERFEITO. TECIDO DE ALTA QUALIDADE, MINIMIZA A PERDA DE LUZ E MAXIMIZA A PROPAGAÇÃO DA LUZ. COM BOLSA DE TRANSPORTE INDIVIDUAL PARA O SOFTBOX. COM FIXADOR COSTURADO AO REDOR DOS LADOS, FÁCIL DE INSTALAR. SOQUETE DE LÂMPADAS E27 4 EM 1 (PARA USAR NO SOFTBOX 50 X X70CM)	UN	1	1.393,33	1.393,33



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

Rua 21 de Abril, nº 19, Centro, São Geraldo-MG, CEP 36.530-000
Telefone: (32) 3556-1215 – e-mail: licitacao@saogeraldo.mg.gov.br



ELE PERMITE QUE ATÉ 4 LÂMPADAS SEJAM INSTALADAS EM UM ÚNICO SOQUETE AO MESMO TEMPO PARA ILUMINAÇÃO CONTÍNUA.

CADA BOCAL DO ADAPTADOR PODE SUPORTAR ATÉ 150W, PORTANTO SUPORTA ATÉ 600W NO TOTAL.

POSSUI DOIS INTERRUPTORES, CADA UM PODE CONTROLAR DUAS LÂMPADAS.

PESO LEVE, FÁCIL INSTALAÇÃO.

FURO NO CENTRO PARA SOMBRINHA.

SUPORTE GIRAFÁ

UTILIZADO EM ESTÚDIO FOTOGRÁFICO, PODE SER UTILIZADO EM CONJUNTO COM SOFTBOX, SOQUETE DE LÂMPADA, FLASH TOCHA, ETC.

FUNÇÃO TELESCÓPICA É MUITO CONVENIENTE PARA O ESTÚDIO E FOTOGRAFIA.

TRIPÉ ALUMÍNIO

ESTE SUPORTE DE ALUMÍNIO OFERECE SUPORTE MÁXIMO, ESTABILIDADE E SUAVIDADE DE LONGA DURAÇÃO. É FÁCIL DE USAR, TEM PERNAS DOBRÁVEIS, RESISTENTE A CHOQUES E UM SISTEMA DE BLOQUEIO SÓLIDO; ESTE SUPORTE ATENDERÁ ÀS DEMANDAS DE VÁRIOS SETORES DE FOTOGRAFIA.

ITENS INCLUSOS:

2 X SOFTBOX 50X70 CM

1 X SOFTBOX 40X40 CM COM SOQUETE SIMPLES E27

2X SUPORTE/SOQUETE PARA 4 LÂMPADAS CADA

1 X SUPORTE GIRAFÁ

3 X TRIPÉ 2 METROS

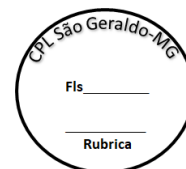
1 X BOLSA DE TRANSPORTE

9 X LÂMPADAS DE LED DE 30W CADA (AS LÂMPADAS POSSUEM INMETRO



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

Rua 21 de Abril, nº 19, Centro, São Geraldo-MG, CEP 36.530-000
Telefone: (32) 3556-1215 – e-mail: licitacao@saogeraldo.mg.gov.br

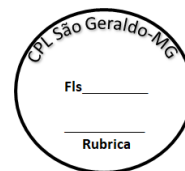


7	CADEIRA E ESCRITÓRIO GIRATÓRIA EXECUTIVA ERGONÔMICA DIMENSÕES DO PRODUTO (L X A X P): 58 X 79 A 89 X 58 CM MEDIDAS INTERNAS: LARGURA DO ENCOSTO: 36 CM LARGURA ASSENTO: 43 CM ALTURA ENCOSTO: 28 CM ALTURA DO CHÃO AO ASSENTO: MÍNIMO 44 CM MÁXIMO 54 CM PROFUNDIDADE ASSENTO: 39 CM CARACTERÍSTICAS: ESTRUTURA PRODUZIDA EM MADEIRA COMPENSADA ANATÔMICA 100% PINUS, COM ESPESSURA DE 10MM. ASSENTO COM ESPUMA LAMINADA EM POLIPROPILENO COM DENSIDADE DE 28 KG/M³ E ESPESSURA DE 40 MM.	UN	5	695,00	3.475,00
	ENCOSTO COM ESPUMA LAMINADA EM POLIPROPILENO COM DENSIDADE DE 28 KG/M³ E ESPESSURA DE 30 MM. CAPA INJETADA EM POLIPROPILENO (PP) NA COR PRETA. PORCA GARRA COM ROSCA 1/4" ZINCADO BRANCO. REVESTIMENTO EM CORANO PRETO DE QUALIDADE. BASE CONFECCIONADA EM POLIPROPILENO INJETADO, COM DIÂMETRO DE 560 MM. RODÍZIO EM POLIAMIDA 6 NA COR PRETO, COM DIÂMETRO DE 50 MM. HASTE PARA ENCAIXE EM AÇO CARBONO SAE 1006/1008 COM ACABAMENTO ZINCADO BRANCO. FLANGE EM AÇO CARBONO ESTAMPADO, COM FURAÇÃO SECRETARIA 125X125; ALAVANCA DE ACIONAMENTO DE REGULAGEM, COM ACABAMENTO PINTURA A PÓ POR				



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

Rua 21 de Abril, nº 19, Centro, São Geraldo-MG, CEP 36.530-000
Telefone: (32) 3556-1215 – e-mail: licitacao@saogeraldo.mg.gov.br

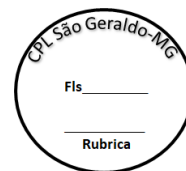


	<p>PROCESSO ELETROSTÁTICO NA COR PRETO.</p> <p>SUORTE PARA FIXAÇÃO DO ENCOSTO CONFECCIONADO EM TUBO DE AÇO CARBONO SAE 1006/1008 COM PERFIL OBLONGO DE 29 X58X1,5MM. BARRA CHATA DE AÇO CARBONO SAE 1006/1008 ESTAMPADA, FIXADO A FLANGE ATRAVÉS DE MANÍPULO.</p> <p>PINTURA A PÓ POR PROCESSO ELETROSTÁTICO NA COR PRETO, CAPA SANFONADA EM POLÍMERO POLIPROPILENO INJETADO E CANOPLA EM POLÍMERO POLIPROPILENO.</p> <p>COLUNA TUBO EM AÇO CARBONO SAE 1006/1010.</p> <p>HASTE MACIÇA EM AÇO CARBONO NBR 7480/96.</p> <p>FUNCIONAMENTO: SISTEMA A GÁS COM REGULAGEM DE ALTURA DE 100 MM.</p> <p>CAPA PARA O PISTÃO COM TRÊS ESTÁGIOS, CONFECCIONADA EM POLÍMERO POLIPROPILENO (PP) INJETADO.</p>				
8	<p>PROJETOR</p> <p>TAMANHO DA TELA: 22" A 350" (0,87 M - 10,34 M)- LUMENS: 3600- CONECTIVIDADE: HDMI, XGA- SISTEMA DE PROJEÇÃO: TECNOLOGIA 3LCD DE 3 CHIPS- FORMATO: 4:3- RESOLUÇÃO NATIVA: 1024 X 768 (XGA)- MODO DE PROJEÇÃO: FRONTAL / TRASEIRO/ INSTALADO NO TETO- TIPO DE LÂMPADA: 210W UHE- NÚMERO DE PIXELS: 786.432 PIXELS (1.024 PX X 768 PX) X 3- REPRODUÇÃO DE COR: ATÉ 1 BILHÃO DE CORES- ZOOM: ÓPTICO (MANUAL) / FOCO (MANUAL)- DISTÂNCIA FOCAL: 16,7 MM- RAZÃO DE ZOOM: 1-1,35 (ZOOM DIGITAL)- ALCANCE DO THROW-RATIO: 1,44 - 1,95 DURAÇÃO DA LÂMPADA:- MODO ECO: ATÉ 12.000 HORAS- MODO NORMAL: ATÉ 6.000 HORAS</p> <p>VOLTAGEM:- ENTRADA: 100-240V ±10%, 50 / 60HZ AC BIVOLT- CONSUMO: 100 V-120 V: 345 (NORMAL) - 235 (ECO)-</p>	UN	1	6.096,66	6.096,66



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

Rua 21 de Abril, nº 19, Centro, São Geraldo-MG, CEP 36.530-000
Telefone: (32) 3556-1215 – e-mail: licitacao@saogeraldo.mg.gov.br

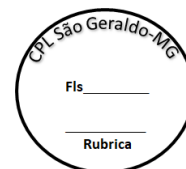


	CONSUMO: 220 V-240 V: 327 (NORMAL) - 225 (ECO) DIMENSÕES E PESO:- ALTURA: 7,7 CM- LARGURA: 30,2 CM- PROFUNDIDADE: 23,4 CM- PESO LÍQUIDO: 2,4 KG GARANTIA:- GARANTIA DE FÁBRICA 3 ANOS. ITENS INCLUSOS:- PROJETOR, MANUAL DE INSTALAÇÃO- CARTÃO DE GARANTIA- CONTROLE REMOTO- 2 PILHAS AA PARA CONTROLE REMOTO- 1 CABO DE ALIMENTAÇÃO (1,8 M)- BOLSA PARA TRANSPORTE				
9	KIT CAIXA DE SOM ESPECIFICAÇÕES: ATIVA: -MODELO: ATIVA AF 10" BLUETOOTH - ATIVA AF 10" 200W -POTÊNCIA: 200 WATTS -ALTO FALANTE: 10" E TWEETER(1 FALANTE 10" E 1 CORNETA) -IMPEDÂNCIA DE ENTRADA LINE: 5K OHMS / MIC: 200-600 OHMS -SISTEMA 2 EM 1: PEDESTAL OU RETORNO -EQUALIZAÇÃO ATIVA DE 3 VIAS -DIVISOR DE FREQUÊNCIA DE 1 VIA -VISOR DIGITAL COM CONTROLE REMOTO -USB/SD, BLUETOOTH, RADIO FM -CANAIS DE ENTRADA P10 E MICROFONE P10 INDEPENDENTES -ENTRADA DE LINHA RCA -SAÍDA LINE OUT: XLR E ESCRAVA (P10) 8 OHMS -TELA METÁLICA DE PROTEÇÃO FRONTAL E SUPORTE PARA PEDESTAL -CAIXA ATIVA 2 VIAS MÓDULO MULTIMÍDIA -BLUETOOTH: VERSÃO DO PRODUTO COM MÓDULO MULTIMÍDIA -DIMENSÕES: A: 46 L: 32,5 P: 33,5 (CM) -REDE: 127/220 VOLTS - VIA CHAVE SELETORA DE VOLTAGEM (VOLTAGEM DE FABRICA: 220V. DEVE-SE VERIFICAR A TENSÃO LOCAL E EFETUAR O AJUSTE, SE NECESSÁRIO, ANTES DE LIGAR O EQUIPAMENTO) -PESO: 13 KG PASSIVA: -MODELO: SL 200 - ACÚSTICA 10" POP -POTÊNCIA: 200 WATTS	UN	1	1.640,00	1.640,00



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

Rua 21 de Abril, nº 19, Centro, São Geraldo-MG, CEP 36.530-000
Telefone: (32) 3556-1215 – e-mail: licitacao@saogeraldo.mg.gov.br



-ALTO FALANTE: 10" E TWEETER OU DRIVER TITANIUM(1 FALANTE 10" E 1 CORNETA)

-IMPEDÂNCIA DE ENTRADA LINE: 5K OHMS / MIC: 200-600 OHMS

-SISTEMA 2 EM 1: PEDESTAL OU RETORNO

-EQUALIZAÇÃO ATIVA DE 3 VIAS

-DIVISOR DE FREQUÊNCIA DE 1 VIA

-ALÇA PARA TRANSPORTE

-CANAIS DE LINE P10 E MICROFONE P10 INDEPENDENTES

-SAÍDA LINE OUT (XLR) E ESCRAVA (P10) 8 OHMS

-TELA METÁLICA DE PROTEÇÃO FRONTAL E SUPORTE PARA PEDESTAL

-CAIXA PASSIVA 2 VIAS

-DIMENSÕES: A: 46 L: 32,5 P: 33,5 (CM)

-REDE: 127/220 VOLTS - VIA CHAVE SELETORA DE VOLTAGEM (VOLTAGEM DE FABRICA: 220V. DEVE-SE VERIFICAR A TENSÃO LOCAL E EFETUAR O AJUSTE, SE NECESSÁRIO, ANTES DE LIGAR O EQUIPAMENTO)

-PESO: 9 KG

MIXER:

-TECNOLOGIA BLUETOOTH, MP3, INTERFACE USB E PC

-CHIP INTEGRADO ARM DE ALTA VELOCIDADE

-24 EFEITOS PRÉ-PROGRAMADOS

-FUNÇÃO LOOPBACK FLEXÍVEL

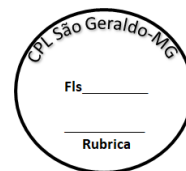
-POSSUI A DISPONIBILIDADE DE GRAVAÇÃO DIRETA NO PC OU PENDRIVE

-INTERFACES COMBINADAS DE ENTRADA/SAÍDA



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

Rua 21 de Abril, nº 19, Centro, São Geraldo-MG, CEP 36.530-000
Telefone: (32) 3556-1215 – e-mail: licitacao@saogeraldo.mg.gov.br

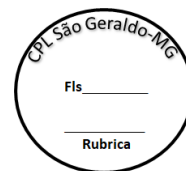


	<ul style="list-style-type: none">-EQUALIZADOR DE 3 BANDAS-ALIMENTAÇÃO + 48V (PHANTOM POWER)-CONEXÃO DE CAIXA AMPLIFICADA-MÚLTIPLAS ENTRADAS-VISOR DISPLAY - MOSTRA A OPERAÇÃO E STATUS DE REPRODUÇÃO-ENTRADA BALANCEADA DE MICROFONE XLR E ENTRADA TRS DE LINHA BALANCEADA-COMBO XLR/P10-SAÍDA PRA FONES DE OUVIDO-EQUALIZDORES <p>ITENS INCLUSOS:</p> <ul style="list-style-type: none">-1 CAIXA ATIVA 10" 200 WATTS-1 CAIXA PASSIVA 10" 200WATTS-1 MIXER 8 CANAIS-2 CABOS P10/P10 DE 5 METROS-1 CONTROLE REMOTO-1 MANUAL DE FÁBRICA				
10	<p>TRIPÉ DESCRIÇÃO TRIPÉ 1,80 METROS PROFISSIONAL VÍDEO FOTO CÂMERA SUPORTE CELULAR SMARTPHONE</p> <p>TRIPÉ TELESCÓPICO PROFISSIONAL 1,80 METROS EM ALUMÍNIO!</p> <p>TRIPÉ ROBUSTO => MAIS ESTABILIDADE, RESISTÊNCIA E COM AJUSTE FINO!</p> <p>ACOMPANHA SUPORTE PARA SMARTPHONE</p> <p>ITENS INCLUSOS: 1X TRIPÉ TELESCÓPICO 1,8M PROFISSIONAL 1X BOLSA PARA TRANSPORTE</p>	UN	2	860,00	1.720,00



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

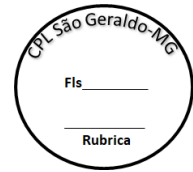
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro, São Geraldo-MG, CEP 36.530-000
Telefone: (32) 3556-1215 – e-mail: licitacao@saogeraldo.mg.gov.br



1X SUPORTE PARA CELULAR				
<p>TRIPE TELESCÓPICO EM ALUMÍNIO, COM COMPRIMENTO FECHADO DE 65 CM E ALTURA MÁXIMA DE 1,74 METROS. MUITO PRÁTICO E ÚTIL COM ACABAMENTO EXCELENTE E BOLSA PARA TRANSPORTE. NÃO DEIXE MAIS QUE SUAS IMAGENS PERCAM O FOCO. SEJA COM CÂMERA, FILMADORA OU BINÓCULO, O NOVO TRIPE TELESCÓPICO VAI SURPREENDER VOCÊ!</p> <ul style="list-style-type: none">- ALTURA MÍNIMA: 65CM- ALTURA MÁXIMA: 1,74MTS- ROTAÇÃO HORIZONTAL 360°- ROTAÇÃO VERTICAL 180°- BASE DA CÂMERA PODE FICAR NA POSIÇÃO HORIZONTAL OU VERTICAL COM 90° DE REGULAGEM PARA ESTE FIM.- SUPORTA PESO DE EQUIPAMENTO ATÉ 3KG (COM SEGURANÇA)- 2 NÍVEIS D'ÁGUA PARA CORREÇÃO DE TERRENO- PERNAS COM AJUSTE TELESCÓPICO COM TRAVAS EM 2 ESTÁGIOS- BOLSA DE TRANSPORTE COM ALÇA <p>ADAPTADOR PARA CELULAR SUPORTE ADAPTADOR PARA COLOCAR O CELULAR. IDEAL PARA USO COM MINI TRIPE, PAU DE SELFIE OU QUALQUER TRIPE COM SISTEMA DE ROSCA 1/4. COMPATÍVEL COM APARELHOS DE ATÉ 8,5 CM DE LARGURA.</p>				
Valor total do lote..... R\$ 52.893,32				

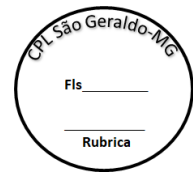
3.2. Condições gerais para aceitação e execução do objeto:

- 3.2.1. Os produtos deverão ser entregues em condições seguras de utilização, bem como deverão observar as normas técnicas dos órgãos reguladores, respeitando-se rigorosamente o prazo de entrega estabelecido, sendo improrrogáveis, sob pena de aplicação de sanção e deverão estar dentro do prazo de validade.
- 3.2.2. Nesta licitação será adotada a participação exclusiva das empresas qualificadas como microempresas e empresas de pequeno porte para os itens com valor igual ou inferior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), nos termos do art. 48 da LC 123/06.
- 3.2.3. Na Emissão das Notas Fiscais, a descrição dos itens deverá estar conforme ordem de compras, qualquer dúvida entrar em contato com o Setor de Compras da Prefeitura Municipal de São Geraldo (32) 3556-1215, para eventuais explicações.
- 3.2.4. O município registra que o não cumprimento do fornecimento dos produtos dentro do prazo estipulado neste termo de referência, acarretará todas as sanções e punições legais. Desde já esclarecemos que a pandemia é uma realidade enfrentada por todos e que os proponentes têm de se planejar dentro dessa situação para que o município não seja afetado pela inexecução total ou parcial do contrato.
- 3.2.5. Na proposta os itens deverão apresentar a MARCA dos produtos, os quais a contratada deverá entregar de acordo com a Ordem de fornecimento.



4. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

- 4.1. A entrega dos produtos deverá ocorrer no **Almoxarifado Central** da Prefeitura de São Geraldo, localizado na Rua Coronel Bitencourt, nº 120, Centro, São Geraldo/MG, no horário de 07h00min às 16h00min, de segunda a sexta-feira, com comunicação e agendamento prévios pelo telefone (32) 3556-1215 e pelo e-mail compras@saogeraldo.mg.gov.br ou almoxarifado@saogeraldo.mg.gov.br.
- 4.2. A entrega deverá ocorrer conforme informações e orientações constantes na Ordem de Fornecimento, emitida pelo Setor de Compras do Município.
- 4.3. O prazo máximo de entrega dos produtos será de **10 (dez) dias úteis**, mediante apresentação da ordem de fornecimento.
- 4.4. A Prefeitura não está obrigada a adquirir a totalidade dos itens licitados. O pedido/requisição/ordem de fornecimento será realizado de acordo com a necessidade do setor requisitante.
- 4.4.1. O licitante deverá fornecer junto à sua proposta o nome do responsável pelo atendimento e pedido de compras, bem como telefone e endereço de e-mail para o qual poderão ser encaminhadas as ordens de fornecimento.
- 4.4.2. **Considera-se como data do recebimento da Ordem de Fornecimento - OF:**
- a) O primeiro dia útil seguinte ao do envio do e-mail, no caso de ordem de fornecimento enviada por e-mail;
 - b) O dia do recebimento da OF, no caso de ordem de serviço entregue pessoalmente;
 - c) O dia do recebimento da correspondência, no caso de ordem de fornecimento enviada por meio postal.
- 4.4.3. **Especificações quanto à emissão e recepção da ordem de fornecimento:**
- a) A ordem de fornecimento, a ser emitida pelo Setor de Compras, é realizada de forma eletrônica pelo sistema informatizado e será enviada preferencialmente por e-mail, podendo a Administração enviar a ordem de fornecimento pessoalmente ou via correios (neste caso, mediante uso do Aviso de Recebimento – AR);
 - b) O licitante deverá fornecer junto à sua proposta o e-mail para o qual poderão ser encaminhadas as ordens de fornecimento;
- 4.5. As entregas se darão conforme as necessidades do município, de forma parcelada ou não, no local determinado, devendo o vencedor cumprir rigorosamente o prazo estipulado neste Termo de Referência.
- 4.5.1. Qualquer entrega fora do local e horário previstos, e ainda, fora do prazo de entrega poderá ser devolvida, sem prejuízo às sanções previstas em lei.
- 4.6. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 05 (cinco) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.
- 4.7. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 02 (dois) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 4.8. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.
- 4.8.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
- 4.9. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.
- 4.10. Todas as notas fiscais deverão conter a descrição completa do item especificado na Ordem de Fornecimento, bem como o nº do empenho e da ordem de fornecimento que originaram a compra.
- 4.11. Em caso de qualquer avaria do produto durante a preparação e/ou entrega, este deverá ser devidamente repostado, sem qualquer ônus adicional para o município e cumprindo o prazo previsto neste Edital para conclusão da entrega do produto.



4.12. Caso não cumpridas as exigências, o fornecedor será comunicado para retirar o produto no local de entrega e a substituí-lo por outro que atenda às especificações constantes deste Edital, sem nenhum ônus para o município, e ficará sujeito às penalidades previstas na forma da lei.

5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

5.1.1. São obrigações da Contratante:

5.1.2. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

5.1.3. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

5.1.4. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

5.1.5. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

5.1.6. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

5.1.7. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. A Contratada deverá cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

7.1.1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes neste Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca/fabricante, procedência e prazo de validade, conforme o caso;

7.1.2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

7.1.3. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

7.1.4. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecedem a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

7.1.5. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

7.1.6. indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

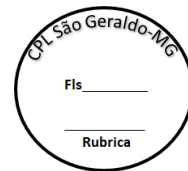
7.1.7. manter atualizados durante a execução dos contratos os dados de contato, tais como telefone, e-mail, endereço, etc.

8. DA SUBCONTRATAÇÃO

8.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

9. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

10.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.



10. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

10.2. Nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

10.2.1. A gestão/fiscalização do contrato será realizada por responsável designado pela respectiva secretaria requisitante.

10.2.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

10.4. A conformidade do produto a ser fornecido deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

11. DO PAGAMENTO

11.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, sendo que a contagem deste prazo iniciará a partir da data de entrega dos produtos e após a conferência de todas as especificações exigidas e aceite no documento fiscal pela administração, mediante crédito em conta corrente em banco, número e agência indicados pelo fornecedor ou outro meio aplicável.

11.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24, sem prejuízo do que dispõe seu parágrafo único, serão efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da apresentação da fatura, nos termos do § 3º do art. 5º da Lei 8.666/1993.

11.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

11.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

11.4. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

11.5. Antes de cada pagamento à contratada, poderá a contratante realizar consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

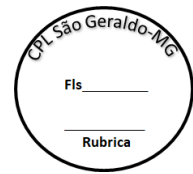
11.6. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

11.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

11.8. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

11.9. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

11.10. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.



11.11. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

11.12. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

11. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

11.1. Os preços contratados serão fixos e irreajustáveis. Ocorrendo a hipótese de prorrogação contratual, os valores contratados poderão ser reajustados, consoante dispõe o art. 40, XI da Lei 8.666/93; utilizando-se como índice o “IPCA”, ou qualquer outro que venha a substituí-lo à época do ajuste.

11.2. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

11.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

11.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, a contratante pagará à contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a contratada obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

11.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

11.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

11.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

12. DOS PEDIDOS DE REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

12.1. Durante a vigência do Contrato, os preços serão fixos e irreajustáveis, exceto na hipótese, devidamente comprovada, de ocorrência de situação prevista na alínea “d”, do inciso II, do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ou em caso de redução dos preços praticados no mercado.

12.1.1. Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea “d”, do inciso II, do art. 65 da Lei n.º 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar o contrato e iniciar outro processo licitatório.

12.1.2. **Para o reajustamento será necessário a apresentação dos seguintes comprovantes:**

- a) Notas Fiscais de compras por parte da Contratada referente ao seu distribuidor, tanto da Nota Fiscal da época do início ARP, decorrente desta licitação, como da Nota Fiscal atual por ocasião do suposto aumento;
- b) Revista, jornal e/ou periódico, demonstrando o aumento do preço de um determinado item dentro do mercado;
- c) Planilha de custos compreendendo o custo do produto e demais componentes (impostos, transporte, funcionários, etc.).

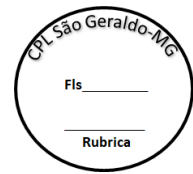
12.1.3 Sem a apresentação destes documentos não há como justificar a quebra do equilíbrio econômico-financeiro do contrato quanto ao item licitado.

12.1.3. A licitante contratada se obrigará a manter, enquanto tramita o pedido de revisão de preços, o cumprimento do contrato, sob pena de ser declarado inadimplente, aplicando-se as penalidades previstas neste Edital e na legislação vigente.

12.1.4. Vale ressaltar que, as propostas apresentadas no momento da licitação têm validade mínima de 60 (sessenta) dias, não podendo sofrer reequilíbrio de preço durante esse período.

13. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

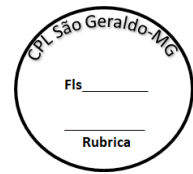
13.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:



- 13.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- 13.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 13.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;
- 13.1.4. não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
- 13.1.5. não assinar a ata de registro de preços, quando cabível;
- 13.1.6. comportar-se de modo inidôneo;
- 13.1.7. cometer fraude fiscal;
- 13.1.8. apresentar documentação falsa;
- 13.1.9. deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- 13.1.10. ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 13.1.11. não mantiver a proposta;

13.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

- 13.2.1. Advertência, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;
- 13.2.2. A sanção de advertência consiste em uma comunicação formal à contratada, advertindo-lhe sobre o descumprimento de obrigação legal assumida, cláusula contratual ou falha na execução do serviço ou fornecimento, determinando que seja sanada a impropriedade e, notificando que, em caso de reincidência, sanção mais elevada poderá ser aplicada, e será expedido:
 - a) Pelo responsável pelo setor de licitações do órgão ou entidade da administração pública quando o descumprimento da obrigação ocorrer no âmbito do procedimento licitatório, e, em se tratando de licitação para registro de preços, até a emissão da autorização de compra para o órgão participante do Sistema de Registro de Preços;
 - b) Pelo ordenador de despesas do órgão contratante se o descumprimento da obrigação ocorrer na fase de execução contratual, entendida desde a recusa em retirar a nota de empenho ou assinar o contrato;
- 13.2.3. multa moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;
- 13.2.4. multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
- 13.2.5. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
- 13.2.6. suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- 13.2.7. impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da Administração Pública com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;
- 13.2.8. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública do município, nos termos do art. 7º da Lei 10.520/2002 e no Decreto Municipal 097/2020.
- 13.2.9. Suspensão é a sanção que impossibilita a participação de pessoa física ou jurídica em licitações e/ou contratos, ficando suspenso o seu registro cadastral no Cadastro de Fornecedores do município, de acordo com os prazos a seguir:**
 - a) mínimo de 90 (noventa) e máximo de 180 (cento e oitenta) dias, na hipótese de a apenas ser reincidente na sanção de advertência, independentemente do fundamento do primeiro sancionamento;
 - b) mínimo de 6 (seis) e máximo de 12 (doze) meses, quando a licitante solicitar cancelamento da proposta após o resultado do julgamento;
 - c) mínimo de 12 (doze) e máximo de 60 (sessenta) meses, quando a licitante adjudicada se recusar a assinar o contrato/nota de empenho ou retirar/receber a autorização/ordem de entrega/fornecimento do bem ou do serviço;
 - d) mínimo de 24 (vinte e quatro) e máximo de 60 (sessenta) meses, quando a licitante/contratada praticar ou deixar de praticar atos que claramente visem à frustração dos objetivos da licitação, sem prejuízo da responsabilização penal e civil;
 - e) mínimo de 24 (vinte e quatro) e máximo de 60 (sessenta) meses, quando a licitante/contratada apresentar documentos fraudulentos nas licitações, sem prejuízo da responsabilização penal e civil;



f) mínimo de 24 (vinte e quatro) e máximo de 60 (sessenta) meses, quando a licitante/contratada se comportar de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal;

13.2.9.1. A suspensão poderá ser ampliada até o dobro, em caso de reincidência.

13.2.10. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública do município de São Geraldo-MG enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

13.2.10.1. A declaração de inidoneidade será aplicada pela máxima autoridade da entidade da Administração.

13.2.10.2. A declaração de inidoneidade prevista neste item permanecerá em vigor enquanto perdurarem os motivos que determinaram a punibilidade ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que a aplicou.

13.2.10.3. A declaração de inidoneidade e/ou sua extinção será publicada na forma do Decreto nº 097/2020 e seus efeitos serão extensivos a toda Administração Pública.

13.2.11. As pessoas físicas ou jurídicas que apresentarem documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados, ou que por quaisquer outros meios praticarem atos irregulares ou ilegalidades para obtenção do registro no Cadastro de Fornecedores do município, estarão sujeitas às seguintes penalidades:

- a) suspensão temporária do Certificado de Cadastro de Fornecedores ou da obtenção do registro, por até 5 (cinco) anos na modalidade de pregão e até 2 (dois) anos para as demais modalidades, dependendo da natureza e gravidade dos fatos; e
- b) declaração de inidoneidade, nos termos do artigo anterior.

15.2.11.2 As sanções previstas nos itens acima poderão também ser aplicadas às pessoas físicas e jurídicas que:

- a) tenham sofrido condenação definitiva por praticarem fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos; e
- b) tenham sido condenadas por atos de improbidade administrativa ou atos de corrupção empresarial, na forma da Lei.

13.2.12. O valor da sanção pecuniária deverá obrigatoriamente ser deduzido de eventuais créditos ou garantias da pessoa física ou jurídica, ou cobrado administrativa ou judicialmente.

13.2.13. Sempre que o valor da sanção pecuniária ultrapassar os créditos da contratada e/ou garantias, o valor excedente será encaminhado à cobrança extrajudicial ou judicial, pelo órgão competente.

13.2.14. O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega/fornecimento ou execução do serviço.

13.3. As sanções descritas também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente;

13.4. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances;

13.4.1. A aplicação da sanção pecuniária não impede que sejam aplicadas outras penalidades previstas no Decreto Municipal 097/2020, bem como na Lei 8.666/93.

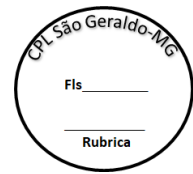
13.5. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

13.5.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

13.5.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

13.5.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

13.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.



13.7. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do contratante, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa e cobrados judicialmente.

13.7.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

13.8. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

13.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

13.10. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

13.11. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

13.12. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Municipal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

13.13. O município registra que em razão da natureza do objeto ser de extrema necessidade, o não cumprimento do fornecimento do objeto dentro do prazo estipulado neste termo de referência, acarretará todas as sanções e punições legais.

13.14. Compete ao órgão ou entidade requisitante da contratação ou ao Pregoeiro a indicação das penalidades previstas, cuja aplicação dependerá de ato da autoridade competente.

13.15. É facultado à interessada interpor recurso contra a aplicação das penalidades previstas nos itens acima, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, que será dirigido à autoridade competente do órgão ou entidade.

13.16. As penalidades aplicadas deverão ser registradas pelo setor de licitação da entidade ou órgão sancionador.

13.17. A sanção de advertência pode ser aplicada à Contratada juntamente com a multa.

13.18. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

13.19. Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pelo município, a Contratada ficará isenta das penalidades mencionadas neste termo de referência.

14. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS

14.1.1. Os valores estimados para contratação do objeto deste certame constam nos autos do processo licitatório em referência, mais especificamente na requisição e nas pesquisas de preços realizadas pela autoridade competente. O valor estimado foi apurado com base em pesquisa de preços praticados no mercado do ramo do objeto, atendendo as formas da Lei 8.666/93.

14.2. O preço estimado de referência foi apurado com base média dos preços praticados por outros entes da Administração Pública, conforme consulta feita em sítio eletrônico especializado utilizado pelo município, o Banco de Preços, bem como nas páginas oficiais de órgãos públicos, além de cotação direta junto aos fornecedores que atuam no ramo do objeto licitado e em sites de domínio amplo. Ademais, após a apuração do preço médio, foi verificada a adequação dos valores obtidos, para maior segurança e economicidade na contratação.

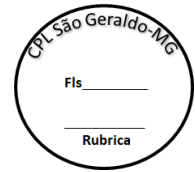
15. DAS DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAS

15.1. No modelo de proposta também deverá ser indicado o responsável pelo atendimento comercial o município, contendo nome completo do responsável, telefone fixo, telefone celular e endereço de e-mail; banco, agência e Conta da licitante.



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

Rua 21 de Abril, nº 19, Centro, São Geraldo-MG, CEP 36.530-000
Telefone: (32) 3556-1215 – e-mail: licitacao@saogeraldo.mg.gov.br



15.1.1. A(s) licitante(s) vencedora(s), assim que solicitada(s), **deverá(ão)** encaminhar para o setor de licitações, através do e-mail licitacao@saogeraldo.mg.gov.br, arquivo editável, contendo os itens vencidos no certame, onde conste todas as informações apresentadas em sua proposta final.

15.2. A especificação dos produtos/materiais é de responsabilidade exclusiva da secretaria requisitante e de seu responsável técnico, não sendo atribuído à comissão permanente de licitação ou à pregoeira, quaisquer responsabilizações ou culpabilidades neste sentido.

15.3. O presente Termo de Referência, cuja finalidade é subsidiar os licitantes de todas as informações necessárias à participação do certame, contém todos os elementos necessários a identificação do objeto, seu custo e todos os critérios para participação de forma clara e concisa.

15.4. O foro competente para dirimir as controvérsias do presente processo é o da Comarca de Visconde do Rio Branco, Estado de Minas Gerais, nos termos do art. 2º da Lei Federal nº 10.153/2.009 ou do art. 59, da Lei Complementar Estadual nº 059/2001.

São Geraldo/MG, 17 de agosto de 2023.

Vagner Aparecido Pereira
Gerente de Cultura e Turismo